



PREFEITURA DE REGISTRO

Secretaria Municipal de Administração

Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

CNPJ – 45.685.872/0001-79

Fone (13) 3828.1060 – Email: licitacao3@registro.sp.gov.br

3ª ATA DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às dez horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, composta pelos Senhores **CLAUDICIR ALVES VASSÃO** (Presidente), **DANIEL APARECIDO DOS SANTOS**, **ELISA CRISTINA DE OLIVEIRA PUPO**, **LUCAS FELIPE FERRAZ**, **MARIA GABRIELLE CHAVES PEREIRA**, **MARJORIE YURI TAMASHIRO** E **YLANA CAROLINE GONÇALVES MACHADO** (Membros) e **DÉBORA SILVANO DE CAMARGO** (Secretária) e o Técnico-Contábil **RUBENS MARIANO**, nomeados pelo Senhor Prefeito Municipal, conforme Portarias nº 010/2020 de 06/01/2020 e nº 034/2020 de 29/06/2020 para julgamento dos Envelopes nº 01 (Habilitação) do Processo nº 133/2020 – **Tomada de Preços nº 014/2020 – Contratação de empresa especializada para execução de serviços de operação, manutenção e obras de engenharia com encerramento parcial do Aterro Municipal, conforme Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente.** Após análise do Parecer Jurídico datado de quatro de novembro, constante no despacho 86, análise do Parecer nº 243/CGM/2020, constante no despacho 88 e da Manifestação Técnica datada de cinco de novembro, constante no despacho 89, ambas emitidas após a 2ª Ata de Julgamento, esta **Comissão Permanente de Licitações** entende ainda que, conforme consta detalhadamente no Parecer da GEPAM, as empresas **I R NOVATEC SERVIÇOS E CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI** e **UNIÃO LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME** não atenderam as exigências do edital. Entende ainda que não considerar o apontamento realizado pela empresa **AEA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP**, como exposto no Parecer da Controladoria do Município, prejudicou a igualdade e competitividade, uma vez que possíveis interessadas deixaram de participar por não atenderem esta exigência do Edital. O Edital analisado pela secretaria interessada no certame, exigiu capacidade operacional e **profissional** e após resultar deserta, o item em questionamento foi mantido como de “relevância”, ou seja, de grande importância para a execução dos serviços. Cumpre-nos ressaltar que este é o entendimento da Comissão Permanente de Licitação, a qual não possui expertise sobre o assunto, motivo pelo qual se faz extremamente necessária a análise de profissionais com conhecimento na área. A Equipe Técnica responsável pela análise juntamente com o Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Obras, se manifestaram pela habilitação das empresas **I R NOVATEC SERVIÇOS E CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI** e **UNIÃO LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**. Fica ressaltado aqui o Art. 51 §3º

§3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Isto posto, uma vez que todas as empresa atenderam aso requisitos de **Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira**, as quais são de responsabilidade de análise da Comissão Permanente de Licitação, conforme decisão da equipe técnica, a qual é responsável pela



PREFEITURA DE REGISTRO

Secretaria Municipal de Administração

Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000

CNPJ – 45.685.872/0001-79

Fone (13) 3828.1060 – Email: licitacao3@registro.sp.gov.br

análise técnica, ficam **INABILITADAS** as empresas **AEA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP** e **TETO CONSTRUTORA S/A** e **HABILITADAS** as empresas **IR NOVATEC SERVIÇOS E CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI** e **UNIÃO LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME**. Fica assegurado às empresas licitantes e a quem possa interessar o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventual recurso, a partir da publicação do presente resultado no Diário Eletrônico do Município (www.registro.sp.gov.br), conforme estabelecem os Art. 109 e 110 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, ficando franqueado à V.Sª vistas ao processo. Os Envelopes nº 02 – Proposta de Preços ficarão sob guarda da Comissão em caixa devidamente lacrada. Nada mais havendo a constar encerra-se a presente ata.